

A DIDÁTICA FEMINISTA: UM ESTUDO DE MATERIAIS E INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS EM PROL DA EQUIDADE DE GÊNERO

Andrea Moruzzi¹

Denise Gomes²

Gabriella Pizzolante da Silva³

Gabriela Costa Araujo⁴

Laura Rodrigues Paim Pamplona⁵

RESUMO

O grupo de pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Infância e Feminismos (InFemis), tem em seu escopo de ações a identificação e análise de materiais didáticos e educacionais como manuais, editais, cartilhas e orientações produzidas por instituições de ensino públicas e privadas, de educação básica, técnica, profissionalizante e de nível superior, para a promoção da equidade e diversidade sexual e de gênero. O mapeamento destes materiais tem nos possibilitado compreender como as instituições públicas e privadas têm criado estratégias para a formação e produção do conhecimento em uma perspectiva emancipatória e/ou feminista. Busca-se analisar quais documentos foram e estão sendo produzidos para a oferta de ações que combatam as diferentes formas de violências sexuais e de gênero, bem como, de orientações e pressupostos didáticos para uma educação em prol da equidade de gênero, dentro dos referidos espaços e em suas comunidades. Para isso, utilizaremos como referencial teórico-metodológico Mainardes, 2017; Rezende, 2002; bem como, os estudos de gênero e feministas, abarcando diferentes autoras/es e teorias. Como resultado prévio da pesquisa em

1 Docente no Programa de Pós-graduação da UFSCar. Líder do grupo InFemis (Infância e Feminismos). andreamoruzzi@ufscar.br

2 Mestre em Educação pela UFSCar. dedags2016@gmail.com

3 Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora EBTT na Unidade de Atendimento à Criança da UFSCar. Contato: gabi.pizzolante@ufscar.br

4 Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora do ensino técnico e profissionalizante do Senac SP. Contato: gabrielacostaaraujo@gmail.com

5 Doutoranda de Educação, pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) laura.pamplona@estudante.ufscar.br

andamento, realizou-se uma investigação em fontes primárias, como editais, resoluções e legislações no âmbito de duas instituições em que as integrantes do grupo atuam, a saber, o IFSULDEMINAS e a UFSCar. Encontrou-se a regulamentação de núcleos de estudos e pesquisas, cartilhas e orientações para o combate à vulnerabilidade de mulheres e pessoas LGBTQA+. Assim, as instituições têm articulado diferentes práticas de resistência e estratégias pedagógicas não-normativas frente às ofensivas antigênero e o movimento neoconservador no país.

Palavras-chave: Didática, Gênero, Feminismos.

INTRODUÇÃO

O Grupo de Pesquisa Infância e Feminismos (InFemis) vem realizando nos últimos meses um mapeamento de materiais que estimulem a promoção da equidade e diversidade sexual e de gênero em diferentes instituições brasileiras. Objetiva-se com este levantamento o conhecimento das ações, produção de materiais didáticos, cartilhas, formações para público interno e externo das universidades[1] envolvidas, políticas voltadas para a temática, e sua análise. Dentro das pesquisas do InFemis, um dos seus eixos diz respeito às políticas públicas sobre gênero e sexualidade em suas interseccionalidades, sendo a investigação de materiais e ações nas instituições de educação no país, um dos seus segmentos.

Tal mapeamento se faz importante haja vista o esforço de algumas universidades, institutos e escolas frente às políticas reacionárias do último governo. Embora nos últimos anos, gênero e sexualidade tenham tido menos espaço na agenda política e educacional voltados, sobretudo, para uma perspectiva emancipatória, tais temáticas não deixaram de produzir saberes, como veremos adiante.

A educação foi, ao longo desse processo, um dos campos que recebeu atenção prioritária na obstrução de propostas antidiscriminatórias e com um olhar para a diferença (Junqueira, 2018). Sob o lema da “criança a ser protegida”, anunciada por diferentes atores sociais de direita e extrema-direita, diversas propostas emergiram para impedir o debate e a produção do conhecimento e práticas não cis-heteronormativas no espaço educacional. Lembremos o que Paul B. Preciado (2020, p. 69) anunciara em um breve texto da primeira metade dos anos 2010: “Os defensores da infância e da família invocam a figura política de uma criança que eles constroem de antemão como heterossexual e de gênero normalizado” Essa criança é o que ele nomeia de um dispositivo pedagógico, o testemunho silenciado, o álibi que justifica toda e qualquer intervenção, “[...] um artefato biopolítico que permite normalizar o adulto.” (Preciado, 2020, p. 71).

Em vista da força que esses movimentos antigênero adquiriram nos últimos anos e que ainda reflete em diferentes instâncias da nossa sociedade (escolas, câmaras municipais, organizações não governamentais etc.), considera-se importante dar visibilidade ao movimento contrário, que busca refletir sobre gênero e sexualidade, trazer caminhos para superação das desigualdades e produzir conhecimento sobre esse campo.

Com esse propósito, a pesquisa apresentada neste trabalho resulta de um levantamento, mapeamento e análise da temática de gênero e sexualidade com um recorte nos documentos encontrados nos sítios de duas instituições de ensino

públicas em que as pesquisadoras do grupo atuam profissionalmente: o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), que atende ensino médio, técnico, profissionalizante e superior e, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Nelas, as referidas temáticas foram e são desenvolvidas em orientações, editais, resoluções, normativas e documentos orientadores, alguns de caráter didático. Tais materiais constituem o que estamos caracterizando por uma “Didática Feminista”, na medida em que possuem uma perspectiva teórica orientadora alinhadas aos diferentes movimentos feministas e outros movimentos sociais, como LGBTQ+ e negro, ao mesmo tempo, possuem uma linguagem, conteúdos e um escopo didático que busca tornar tais preceitos acessíveis ao público em geral e, de certo modo, uma função pedagógica.

METODOLOGIA

Inicialmente, foi realizado um levantamento de materiais, manuais e cartilhas para a promoção da equidade de gênero e de diversidade sexual, no site de busca *Google*. Optou-se por buscas gerais que servissem de ilustração dos materiais que diversas instituições, sejam elas educacionais ou não, construíram. Entendemos que se tratam de importantes instrumentos pedagógicos e de resistência, que poderão servir de inspiração, inclusive para as ações do InFemis.

Uma busca foi realizada no mês de julho de 2023, chamou-nos a atenção as cartilhas desenvolvidas por prefeituras, como o “Guia de boas práticas de equidade de gênero na gestão pública⁶”, desenvolvida pela Polícia Militar de Niterói, e o “Guia da Equidade de Gênero” da Prefeitura Municipal de Porto Alegre⁷. Encontramos ainda materiais organizados e produzidos por outras instituições, especificamente de ensino, como: o guia “Boas práticas para a promoção da equidade de gênero da Unicamp⁸” e o “Manual para garantir inclusão e equidade na educação⁹”, produzido pela Universidade de São Paulo (USP) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Esses são alguns documentos que se destacaram em um levantamento prévio e mais amplo.

6 Disponível em: <https://www.fazenda.niteroi.rj.gov.br/site/wp-content/uploads/2021/04/GUIA-DE-BOAS-PRATICAS-DE-EQUIDADE-DE-GeNERO-NA-GESTAO-PUBLICA.pdf> Acesso em: 08 nov. 2023

7 Disponível em: https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/cartadeservicos/Guia_da_Equidade_de_Genero_da_PMPA.pdf Acesso em: 08 nov. 2023.

8 Disponível em: <http://www.direitoshumanos.unicamp.br/wp-content/uploads/2021/03/BOAS-PRATICAS-PARA-A-PROMOCAO-DA-EQUIDADE-DE-GENERO-NA-UNICAMP-com-links-1.pdf> Acesso em 08 nov. 2023

9 Disponível em: <https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2020/10/2019-Manual-para-garantir-a-inclusao-e-equidade-na-educacao.pdf> Acesso em: 08 nov. 2023

Na sequência, elencamos duas instituições educacionais federais para que uma análise mais aprofundada fosse realizada. Assim, por questões pragmáticas¹⁰, foram selecionadas para este trabalho a UFSCar e o IFSULDEMINAS.

Com relação aos materiais da UFSCar, uma busca inicial foi realizada no *site* da instituição, que possui em sua estrutura organizacional a Coordenadoria de Gênero e Diversidade, vinculada à Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (SAADE).

Do mesmo modo, o levantamento dos materiais desenvolvidos pelo IFSULDEMINAS teve como banco de dados o *site* institucional¹¹. Apesar de constar em sua estrutura a Coordenadoria de Ações Inclusivas, que engloba ações promovidas pelos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidade (NEGES), tal coordenação não possui página própria. Assim, foi feita uma busca nas resoluções do IFSULDEMINAS, bem como editais e páginas de eventos.

Os materiais encontrados até o momento foram divididos em conjuntos: a) eventos, projetos e campanhas; b) guias, manuais, cartilhas e orientações e, c) editais e normativas internas.

No primeiro conjunto **“a) eventos, projetos e campanhas”**, da UFSCar: encontram-se a “Políticas para promoção, prevenção e cuidados em saúde mental”; a 1ª Feira da Visibilidade Trans e Travesti da UFSCar; o Projeto Futebol e Diversidade; a Campanha “Discriminação não cabe na UFSCar. Aprenda, ensine: Violência é crime”; o Projeto/ Campanha “Transformação”, a página do Instagram: “Chega de assédio já!”. Do IFSULDEMINAS: o projeto “IFSULDEMINAS e Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC)”; a live no IFSULDEMINAS com tema “Mulheres exaustas” e o evento “1 Semana da Mulher¹²”.

No segundo conjunto **“b) guias, manuais, cartilhas e orientações”**, da UFSCar: a cartilha “Comunicação não violenta - uma abordagem trans inclusiva”; e a cartilha “Guia informativo para profissionais da saúde para o cuidado à população LGBTQIA+”.

¹⁰ As membras do Grupo de Pesquisa InFemis e autoras deste artigo trabalham nas instituições selecionadas.

¹¹ Cabe destacar que os institutos federais possuem autonomia administrativa em seus campus, ou seja, há *sites* para cada um dos campus do IFSULDEMINAS, bem como ações isoladas neles. Porém, para fins deste trabalho, o levantamento realizado, entre os meses de outubro e novembro de 2023, foi exclusivamente no site institucional fixado na reitoria e não nos sites dos demais campus.

¹² Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/dgp/noticias-da-progep/5699-i-semana-da-mulher> Acesso em: 05 nov. 2023

Já no terceiro conjunto, “**c) editais e normativas internas**”, na UFSCar: tem-se os editais para processo seletivo destinado à contratação de estudantes de nível superior, para realizar estágio presencial não obrigatório na UFSCar e também para provimento de cargo de Professor/a da Carreira de Magistério Superior para o Quadro Permanente da Universidade; a Política Institucional para Prevenção, Redução e Mitigação de Danos da Violência; a Política de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (2016); a Resolução CG/SAADE n. 01/2016, que Institui Comissões Assessoras junto à Coordenadoria de Relações Étnico-Raciais (CoRE), a Coordenadoria de Inclusão e Direitos Humanos (CoIDH) e a Coordenadoria de Diversidade e Gênero (CoDG) da SAADE; Política Institucional para Prevenção, Redução e Mitigação de Danos da Violência; do IFSULDEMINAS: a Resolução: 13/2015, que regulamenta a Inclusão de Nome Social de travestis, Transexuais e Transgêneros, no âmbito do IFSULDEMINAS e a Resolução 117/2021, que cria do Núcleo de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidade Por fim, as análises foram feitas seguindo as contribuições feministas como campo teórico, buscando compreender como as instituições se movem e ofertam materiais e instrumentos pedagógicos pró equidade de gênero e diversidade sexual.

REFERENCIAL TEÓRICO

Aos 15 de janeiro de 2015, o Governo Federal sancionou a Resolução 12, que estabeleceu parâmetros de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais nos sistemas e instituições de ensino. Posterior a ela, e ainda que não diretamente vinculado às instituições de ensino, o Governo Federal, por meio do Decreto Nº 9.586/2018, instituiu o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica. Desdobrou-se destes dois decretos a intenção de promoção de ações e políticas que visassem combater as desigualdades de gênero e discriminação em razão da diversidade sexual.

Identificar e compreender quais ações as instituições educacionais supracitadas estão promovendo, é entender que as políticas públicas são relevantes para a mitigação ou mesmo a liquidação de violências e desigualdades. De acordo com Luana Alves Soares (2022, p. 34) com relação às políticas públicas “[...] tudo é uma opção política, e uma disputa de poder para alcançar os objetivos que a própria legislação propõe. Há opção política até na renúncia e no desmonte [...].”

Com base nisso, é necessário refletir não apenas sobre as propostas de equidade, mas também para os apagamentos e as políticas de ódio e destruição. Observamos isso no Plano Nacional de Educação 2014-2024, destacando o apagamento do termo gênero do texto final e a disputa nas conferências antes da

sua aprovação. Sua permanência se deu apenas nos dados estatísticos dos cursos de formação continuada de docentes. O mesmo aconteceu com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que retirou gênero, homofobia e orientação sexual na terceira versão do documento, e em suas páginas não há qualquer contemplação de políticas para a equidade de gênero. O que percebemos é que nos últimos anos pudemos observar ataques constantes à promoção da equidade, forjada por concepções neoconservadoras em movimentos como a chamada “Escola sem Partido” e demais movimentos anti gênero. A universidade, suas pesquisas e grupos não ficaram alheios a isso, entretanto, é possível observar seus movimentos e suas resistências que se manifestam, entre outras maneiras, na construção de políticas, programas e ações internas de combate às diferentes formas de violência.

Partimos da perspectiva de que o feminismo é um movimento amplo de caracter político, teórico e pragmático que se configura como um campo de resistência em nossas sociedades (Moruzzi, 2022, p. 8). Ademais, o feminismo não é apenas um movimento social, é também uma epistemologia, capaz de produzir outras realidades e relações. Alguns dos materiais recolhidos na investigação também traziam outros recortes, como o de raça e etnia. Racismo e sexismo se entrecruzam na formação do Brasil (Gonzales, 1984).

Recorremo-nos ainda a Jefferson Mainardes (2006) que, ao tratar sobre a abordagem do ciclo de políticas proposta por Stephen Ball e Richard Bowe enquanto referencial teórico-metodológico, nos auxiliou na identificação e compreensão das políticas públicas para equidade de gênero implementadas nessas instituições, sendo o IF com fortes características de educação profissional e agrícola e a UFSCar voltada para o ensino superior.

Stephen Ball e Richard Bowe (Ball, 2011) elaboraram um ciclo contínuo constituído por cinco contextos para a análise de políticas, assim divididos: contexto de influência; contexto da produção de texto; contexto da prática; contexto dos resultados/efeitos; e contexto de estratégia política. Para efeitos deste trabalho utilizaremos o contexto da prática, onde a política é aplicada na vida cotidiana, nas organizações e instituições, e está sujeita a interpretações, transformações e recriações. Estas relações e práticas provocam mudanças no texto original, sendo ressignificadas. Frisamos que todos os contextos estão inter-relacionados e em cada um há arenas de disputas e interesses, expressos, dentre outros, em conflitos discursivos e ideológicos (Ball, 2011).

Tal abordagem se justifica, pois a implementação destas políticas diz respeito ao contexto da prática. Ademais, este levantamento sinaliza o grau de acolhimento e adesão às políticas por parte dos gestores e funcionários, uma vez que a implementação destas podem ser realizadas de acordo com seu contexto

local e perspectivas dos gestores, conforme sinalizam Paul Sabatier e David Mazmanian (1996).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mapear as ações para o desenvolvimento de práticas de enfrentamento e combate à discriminação de gênero e em decorrência da orientação sexual e identidade de gênero, e também investigar e compreender as práticas em prol da equidade de gênero e promoção das mulheres, foi importante para que pudéssemos compreender como duas instituições de ensino, a Universidade Federal de São Carlos e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, têm em seu escopo de condutas a implementação de políticas públicas, programas e ações dessa natureza. Para fins de ilustração neste trabalho, valeria a pena expandirmos estas localizações para outras instituições. Entretanto, não nos debruçamos profundamente sobre elas, objetivamos fazê-lo em outro trabalho. Como resultado prévio da pesquisa em andamento, observamos que as referidas instituições têm articulado diferentes práticas de resistência e estratégias pedagógicas não-normativas frente às ofensivas antigênero e o movimento neoconservador no país.

Destacamos que com a publicação dos editais e normativas das duas instituições, observamos ações que buscam implementar demandas de políticas públicas que atendam aos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+, como a garantia do uso do nome social. Ressaltamos ainda a importância das iniciativas já realizadas para maior visibilidade e protagonismo das mulheres e das pessoas LGBTQIA+, através da promoção de espaços para a participação de estudantes, pessoas servidoras e da comunidade, como nos eventos e campanhas e na elaboração e produção de instrumentos, como os guias e as cartilhas.

Ao analisarmos os materiais sob perspectivas feministas compreendemos que estes são importantes instrumentos pedagógicos que ajudam a compor um “[...] campo de resistência e de luta pela igualdade, pode se constituir como Pedagogia [...] a partir de diretrizes claramente antissexistas, antirracistas e que aqui, ousa-se dizer, possa vir a ser uma educação em prol da cidadania. (Moruzzi, 2022, p. 23)

Neste sentido, observamos que as iniciativas da UFSCar indicam esforços para trazer uma abordagem interseccional. Por exemplo, notamos isso na existência da SAADE; na Campanha “Discriminação não cabe na UFSCar. Aprenda, ensine: Violência é crime”, que se propõe a combater o racismo, machismo, sexismo, misoginia, LGBTfobia, capacitismo, xenofobia, etarismo, intolerância religiosa,

assédios morais e sexuais no espaço universitário; e na Política Institucional para Prevenção, Redução e Mitigação de Danos da Violência da UFSCar, em que esses fatores também aparecem de maneira relacionada (gênero, raça, etnicidade, classe, idade, orientação sexual).

Na instituição das Comissões Assessoras da UFSCar isso também pode ser observado, em que em uma só resolução se prevê a participação de assessores e assessoras indicados e indicadas entre servidores e servidoras técnico-administrativos, docentes e estudantes, enfatizado-se a importância da participação de negros, negras, indígenas, refugiados/as, quilombolas, pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtorno do espectro autista, mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis e de outras identidades de gênero.

Por sua vez no IFSULDEMINAS, identificamos o NEGES, regulamentado em setembro de 2021 (IFSULDEMINAS, Resolução 117/2021). Trata-se de um núcleo com natureza propositiva e consultiva formado em cada campus, para a promoção e proposta de ações para Ensino, Pesquisa e Extensão com a temática. Considerando a incipiência deste núcleo, não foi desenvolvida nenhuma cartilha e/ou manual, apenas a promoção de eventos e intervenções em reuniões pedagógicas, não obstante a criação do núcleo nos indica mudança de olhar e compromisso com a pauta da diversidade de gênero e sexual.

Outra prática desenvolvida pelo IFSULDEMINAS é o projeto IF Mulheres. Trata-se de editais para a oferta de cursos de capacitação para mulheres em situação de vulnerabilidade, fomentando bolsas de auxílio para elas, visando a diminuição das diferenças e promovendo a equidade de gênero. Tais editais¹³ vêm sendo publicados desde 2017, portanto, anterior Decreto nº 9.586, de 27 de novembro de 2018, nos sinalizando que as ações pró equidade de gênero estão no escopo de práticas institucionais. Tais editais, trazem como seu objetivo:

- a. Fomentar a execução de ações para mulheres em situação de vulnerabilidade social das regiões onde o IFSULDEMINAS atua buscando a melhoria das condições de vida delas e de suas famílias.
- b. Fomentar bolsas de auxílio para as mulheres que estejam, comprovadamente, em situação de vulnerabilidade econômica e que fizerem os cursos de formação inicial ou continuada vinculados aos projetos aprovados neste edital.
- c. Contribuir para as políticas de gênero, de equidade, de inclusão e de ações afirmativas, em favor da diminuição dos problemas sociais e da erradicação da pobreza. (Ifsuldeminas, 2020)

¹³ Importante destacar que se tratam de editais destinados à contratação ou oferta de cursos exclusivos para mulheres, com fomento institucional, ou seja, não há recursos financeiros específicos do governo federal para este fim, e sim a escolha dos gestores em destinar parte dos recursos para estes programas.

No entanto, observa-se que apesar de ser uma instituição com mais de 10 anos, ela somente realizou a “Semana da Mulher”, institucionalmente, este ano. Ao analisarmos os materiais produzidos pelo IFSULDEMINAS, observamos apenas o uso de linguagem acadêmica, mesmo as reportagens sobre os editais e eventos permanecem sendo utilizadas de formalidade. No que confere ao gênero utilizado nas reportagens, editais e resoluções, observa-se o uso do gênero masculino e feminino, conforme podemos observar no item 4.1 do Edital 09/2020 “4.1 Condições para ser proponente neste edital: a) ser servidor(a) efetivo(a) ou docente substituto(a) do IFSULDEMINAS; b) estar cadastrado(a) na Plataforma Lattes/CNPq; [...]” (IFSULDEMINAS, 2020, item 4.1)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos esta pesquisa como importante instrumento para identificar e analisar materiais didáticos e legislativos na promoção da equidade de gênero. Após o mapeamento das ações instituições no IFSULDEMINAS e UFSCar compreendemos que ainda há muito a avançar nas ações e produções pedagógicas em prol da promoção da equidade de gênero nas instituições pesquisadas.

Na UFSCar percebe-se uma mobilização maior a fim de um debate interseccional em sua coordenadoria, campanhas e comissões, visando o combate às violências relacionadas ao gênero, classe, etnicidade, idade e orientação sexual. No que compete ao IFSULDEMINAS, as ações permanecem em sua maioria restritas às esferas administrativas e jurídicas, e restringindo apenas às datas comemorativas, como o dia das mulheres.

Entendemos ainda que todas estas ações são necessárias, pois mesmo focando no aspecto jurídico, elas atuam como didáticas a longo prazo. Porém, há ainda uma ausência de produção de material com linguagem mais inclusiva, adequada a diversidade e pluralidade do público atendido pela instituição, sejam os/as servidores/as, estudantes e/ou comunidade externa.

A análise dos materiais pesquisados nos possibilitou realizar um mapeamento histórico das publicações dos editais e campanhas e refletir de que forma eles convergem com a concepção do governo federal em vigência. Compreendemos a importância da análise destes materiais para pensar e produzir novas propostas intersetoriais que visam a equidade de gênero e sexual e combate às violências.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoas das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. (Org.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Portaria Nº 1.612, de 18 de novembro de 2011**. Assegura uso de nome social de transexuais e travestis em órgãos do MEC. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/portaria-assegura-uso-de-nome-social-de-transexuais-e-travestis-em-orgaos-do-mec/2933591> Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015**. Dispõe sobre o conselho nacional de combate à discriminação e promoções dos direitos de lésbicas, gays, travestis e transexuais – CNCD/LGBT. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012#:~:text=Estabelece%20par%C3%A2metros%20para%20a%20garantia,quanto%20ao%20reconhecimento%20institucional%20da> Acesso em: 28. ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Secretários de Educação. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. **Bases Nacionais Comum Curriculares: Educação é a base**. Brasília: MEC; CONSED; UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/-BNCC_EI-EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 28. ago. 2023.

BRASIL. **Decreto no 9.586, de 27 de novembro de 2018**. Institui o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9586.htm Acesso em 28. ago. 2023

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1984.

IFSULDEMINAS. **Resolução 13 de 28 de abril de 2015**. Regulamenta a Inclusão de Nome Social de Travestis, Transexuais e Transgêneros, no âmbito do IFSULDEMINAS e dá outras providências.. Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu>.

[br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2015/resolucao13de23deabr2015.pdf](https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2015/resolucao13de23deabr2015.pdf) Acesso em 08 nov. 2023

IFSULDEMINAS. **Edital 89 de 19 de dezembro de 2017.** Fomentar cursos de capacitação para mulheres em situação de vulnerabilidade social das regiões onde o IFSULDEMINAS atua buscando a melhoria das condições de vida delas e de suas famílias. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/editais-proex2017/edital_89_-_ifsmulher/Edital_Cursos_para_Mulheres.pdf Acesso em 08 nov. 2023

IFSULDEMINAS. **Edital 160 de 21 de dezembro de 2018.** Chamada para seleção de Projetos nas áreas descritas no item 6 deste edital para integrarem o Programa Institucional de Capacitação de Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Social - IFMulher. Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pro-reitoria-extensao/editais-proex/171-bolsas-de-extensao/2569-edital-160-2018-programa-institucional-de-capacitacao-de-mulheres-if-mulher> Acesso em 08 nov. 2023

IFSULDEMINAS. **Edital 09 de 09 de janeiro de 2020.** Fomentar cursos de capacitação para mulheres em situação de vulnerabilidade social das regiões onde o IFSULDEMINAS atua buscando a melhoria das condições de vida delas e de suas famílias. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/editais-proex_2020/edital_09/edital_9.pdf Acesso em 08 nov. 2023

IFSULDEMINAS. **Edital 10 de 28 de fevereiro de 2020.** Destinado à contratação, por tempo determinado, de bolsistas para ocupar a função de Instrutores para os cursos BOLSA-FORMAÇÃO 2020. Disponível em: https://rezendeoffice.adm.br/fadema/wp-content/uploads/Edital-Instrutores_Final-2.pdf Acesso em 08 nov. 2023

IFSULDEMINAS. **Edital 163 de 03 de setembro de 2021.** Inscrições para alunas em cursos de Formação Inicial e Continuada a distância. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/editais_proex_2021/Edital_163/Edital_163_FI_C_Mulheres.pdf Acesso em 08 nov. 2023

IFSULDEMINAS. **Resolução 117 de 15 de setembro de 2021.** Dispõe sobre a criação do Núcleo de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidade no âmbito do IFSULDEMINAS Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/>

Conselho_Superior_/resolucoes/2021/117.2021_com_anexo.pdf Acesso em 08 nov. 2023

IFSULDEMINAS. **Edital 30, de 09 de fevereiro de 2023.** Objetiva objetivo de selecionar projetos de extensão voltados ao apoio de mulheres em situações de vulnerabilidades, no âmbito do IFSULDEMINAS. Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/attachments/article/5652/Edital%2030.2023%20IF%20Mulher.pdf> Acesso em 08 nov. 2023

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**. São Paulo , v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 05 nov. 2023.

LIMA, M.; RIOS, F; FRANÇA, D. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres no mercado de trabalho (1995-2009). In: MARCONDES, M. M. et al. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf Acesso em: 10 out. 2023

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma construção para a análise de políticas educacionais. **Educ Soc** [Internet]. 2006. Jan;27(94):47-69. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtTvxyYtCQHHCJFyhsJ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 11 jul. 2023.

MORUZZI, A. O Feminismo como Pedagogia e Inflexões sobre a Ideia de Cidadania. **Revista Interações**, 18(61), 4-28. 2022. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/26955> Acesso em: 10 nov. 2023

PRECIADO, Paul B. Quem defende a criança queer?. In: **Um Apartamento em Urano**. 2020. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

YOGYAKARTA. **Princípios de Yogyakarta mais 10**. 2006. Disponível em <https://www.mpf.mp.br/pfdc/midioteca/outras-publicacoes-de-direitos-humanos/pdfs/principios-de-yogyakarta-mais-10-2017-1> Acesso em: 23 de out. 2023

SABATIER, P. A.; MAZMANIAN, D. A. La implementación de la política pública: un marco de análisis. In: AGUILAR VILLANUEVA, L. F. **La implementación de las Políticas Antologías de Política Pública**. Editorial Porrúa: México, 1996.

SOARES, L. A. Alguns caminhos para quem quer pesquisa políticas públicas educacionais. In: JEFFREY, Debora Cristina. (org). **A política educacional: uma introdução teórico-metodológica**. Curitiba: CRV, 2022.